

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

*O Ceará destaca-se como o estado em melhor situação relativa em 2016 no ranking da crise fiscal das 27 unidades da federação elaborado pela FIRJAN.*

## 1. O ranking da crise fiscal da FIRJAN – Descrição<sup>1</sup>

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) divulgou recentemente um estudo sobre a situação fiscal dos estados brasileiros, cujo objetivo principal foi de efetuar um diagnóstico da situação fiscal das 27 unidades da federação.

A análise foi feita considerando quatro indicadores calculados a partir de dados oficiais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como proporção da Receita Corrente Líquida (RCL), quais sejam: Despesas com Pessoal (ativo e inativo), Dívida, Disponibilidade de Caixa (Caixa menos Restos a Pagar), e Investimentos.

Com base nos referidos indicadores foi, então, elaborado um *ranking* da crise fiscal das 27 unidades da federação, de forma que a primeira colocação representa a pior e a última posição a melhor situação fiscal. Em termos dos indicadores analisados tem-se o seguinte:

**Despesas com Pessoal/RCL:** Como a despesa com pessoal é o principal item da despesa do setor público, o comprometimento excessivo das receitas com essa despesa implica na redução dos recursos destinados para outros fins, afetando as políticas públicas. Assim, na leitura do *ranking*, os primeiros colocados apresentam maior comprometimento do orçamento com a folha de salários, aposentadorias e reformas, conseqüentemente.

**Dívida/RCL:** Analisa-se a Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) dos estados, considerando-se que a LRF instituiu que os estados não podem adquirir dívida superior a 200% da RCL. Na leitura do *ranking*, os primeiros colocados apresentam maior percentual de DCL em relação à RCL.

**Disponibilidade de Caixa/RCL:** A rubrica restos a pagar, na sua origem, destinava-se a compatibilizar o término do exercício financeiro com a continuidade da administração pública, uma vez que é natural que algumas despesas que pertencem a um exercício sejam postergadas para o próximo. Contudo, em muitos estados, os restos a pagar passaram a ser utilizados como forma de financiamento por meio da simples postergação de despesas já contratadas para outros anos, gerando assim um problema de liquidez. Então, para o cálculo do indicador de disponibilidade de caixa, considerou-se a relação entre postergações das despesas e disponibilidade de caixa, ponderada pelo tamanho do orçamento do estado (utilizando apenas dados referentes ao Executivo). Na leitura do *ranking*, os primeiros colocados apresentam menor percentual de caixa disponível em relação à RCL.

<sup>1</sup> Este enfoque foi elaborado a partir da seguinte publicação:

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **A situação fiscal dos estados brasileiros**. Rio de Janeiro, Abr. 2017. Disponível em:

<http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8A5B218810015B3AD6A8E8530A&inline=1>

Acesso em: 06 Abr. 2017.

**Investimentos/RCL:** O investimento público é fundamental para garantir o crescimento econômico e o fornecimento dos serviços necessários à população. O objetivo é medir a parcela dos investimentos nos orçamentos estaduais. Então, na leitura do *ranking*, os primeiros colocados apresentam menor percentual da Receita Corrente Líquida destinada a Investimentos.

Vale salientar ainda que, para o *ranking* geral, foi considerada a média da posição do estado em cada um dos indicadores, de forma que os estados com cenário fiscal mais crítico ficaram no topo do *ranking*, com foi mencionado anteriormente.

## 2. O ranking da crise fiscal da FIRJAN – Resultados

Os valores dos indicadores considerados e seus respectivos *rankings*, bem como a classificação geral dos 27 estados da federação em relação à sua situação fiscal em 2016, podem ser sintetizados por meio da Tabela 1.

**Tabela 1:** Crise Fiscal dos Estados (*Ranking*)

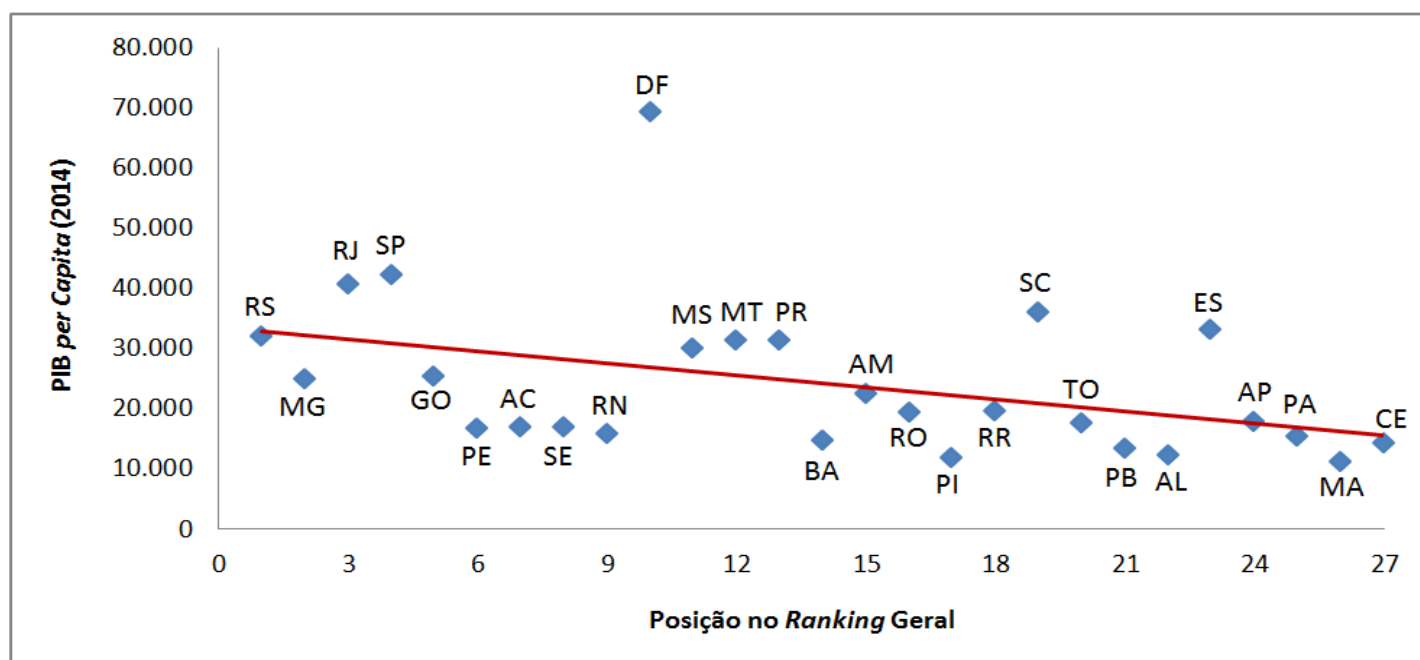
UF	Ranking Geral	Pessoal/RCL		Dívida/RCL		(Caixa - RAP)/RCL		Investimentos/RCL	
		Indicador	Ranking	Indicador	Ranking	Indicador	Ranking	Indicador	Ranking
Média Brasil		58,8%		69,5%		14,4%		5,7%	
RS	1º	76,1%	2º	212,9%	2º	-41,9%	1º	1,8%	1º
MG	2º	78,0%	1º	203,1%	3º	-6,8%	3º	2,8%	4º
RJ	3º	72,3%	3º	232,1%	1º	-24,0%	2º	5,4%	13º
SP	4º	66,0%	7º	175,5%	4º	6,4%	8º	5,0%	11º
GO	5º	56,5%	15º	93,8%	6º	2,2%	6º	2,7%	3º
PE	6º	65,8%	8º	57,9%	10º	6,2%	7º	5,4%	15º
AC	7º	61,6%	11º	72,7%	8º	13,6%	15º	5,5%	16º
SE	8º	48,6%	24º	60,4%	9º	-3,4%	4º	5,4%	14º
RN	9º	67,5%	5º	3,1%	27º	-	-	4,5%	9º
DF	10º	51,6%	21º	29,9%	23º	-0,2%	5º	2,8%	5º
MS	11º	54,2%	16º	77,9%	7º	8,3%	9º	8,1%	24º
MT	12º	67,3%	6º	40,5%	18º	14,0%	16º	6,3%	18º
PR	13º	61,1%	13º	38,8%	19º	16,6%	20º	4,0%	8º
BA	14º	63,4%	9º	55,8%	11º	13,5%	14º	11,0%	26º
AM	15º	54,0%	17º	40,5%	17º	9,8%	10º	6,2%	17º
RO	16º	50,1%	22º	50,1%	13º	14,2%	17º	4,9%	10º
PI	17º	62,1%	10º	45,2%	14º	13,0%	13º	10,7%	25º
RR	18º	44,6%	27º	34,8%	20º	11,8%	12º	3,1%	6º
SC	19º	61,5%	12º	50,2%	12º	14,3%	19º	8,0%	23º
TO	20º	67,8%	4º	33,2%	21º	64,4%	25º	6,5%	19º
PB	21º	57,0%	14º	30,2%	22º	10,6%	11º	7,1%	22º
AL	22º	45,9%	26º	102,9%	5º	20,0%	21º	6,8%	21º
ES	23º	51,9%	20º	26,4%	24º	37,7%	23º	4,0%	7º
AP	24º	47,8%	25º	14,4%	25º	51,2%	24º	2,1%	2º
PA	25º	53,0%	18º	9,3%	26º	33,8%	22º	5,2%	12º
MA	26º	52,9%	19º	42,5%	16º	73,6%	26º	6,6%	20º
CE	27º	49,3%	23º	43,6%	15º	14,3%	18º	11,1%	27º

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Elaboração: FIRJAN.

Pelos critérios adotados, é possível perceber que os estados em pior situação fiscal em 2016 foram Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, enquanto que os melhores foram Ceará, Maranhão e Pará. A posição intermediária do *ranking* foi ocupada pela Bahia.

Por esses resultados, é possível perceber que as piores posições no *ranking* geral foram ocupadas por estados relativamente mais desenvolvidos, ao passo que as melhores pertencem a estados relativamente mais pobres. Diante disso, apresenta-se um diagrama de dispersão considerando a posição no *ranking* geral e o PIB *per Capita*, conforme a Figura 1. De fato, os resultados mostram que existe uma relação negativa e moderada entre as variáveis ( $r = -0,4122$ , ou  $r = -0,4828$  desconsiderando o DF), fornecendo uma evidência empírica que confere alguma pertinência ao argumento proposto acima<sup>2</sup>.

**Figura 1:** Diagrama de dispersão



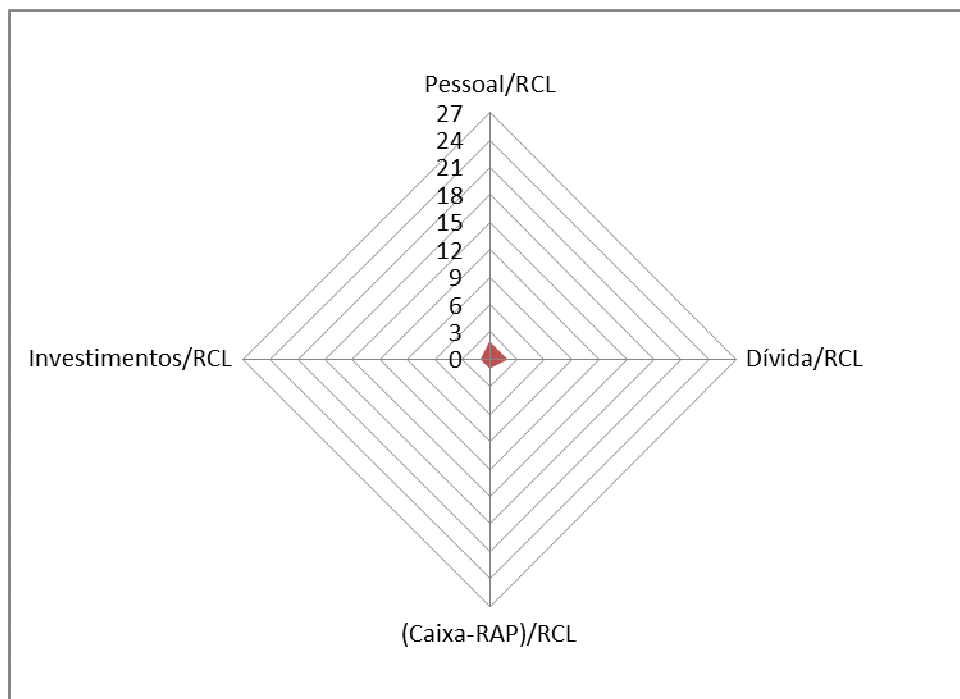
Fonte: STN/FIRJAN, IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: Foram considerados os dados mais recentes disponíveis para o PIB *per Capita* dos estados brasileiros.

Consideram-se agora algumas situações específicas. Assim, no caso do Rio Grande do Sul, que ocupa a pior situação relativa, verificou-se que o estado apresentou os valores mais baixos para os indicadores Disponibilidade de Caixa/RCL e Investimentos/RCL do País, e cifras elevadas para Despesas com Pessoal/RCL e para a Dívida/RCL (ambas com a segunda pior colocação na comparação nacional). Mais especificamente, o referido estado investiu em 2016 apenas 1,8% de sua Receita Corrente Líquida, o que está muito abaixo da média nacional de 5,7%; tinha disponibilidade de caixa de -41,9%, indicando que há restos a pagar muito maiores que os recursos disponíveis; gastou 76,1% (i.e., mais de 3/4) de seus recursos com as despesas com pessoal ativo e inativo; e apresentou um endividamento de 212,9% da RCL, superando o limite determinado pela LRF. Os posicionamentos de cada indicador para esse estado podem ser visualizados por meio da Figura 2.

<sup>2</sup> Essa é, sem dúvida, uma questão que requer um melhor aprofundamento em estudos futuros, principalmente no que diz respeito às causas associadas ao fenômeno identificado, de que a crise fiscal tendeu, em geral, a afetar mais os estados com os maiores padrões de vida do País.

**Figura 2:** Síntese dos posicionamentos – Rio Grande do Sul – 2016



Fonte: STN/FIRJAN. Elaboração: IPECE.

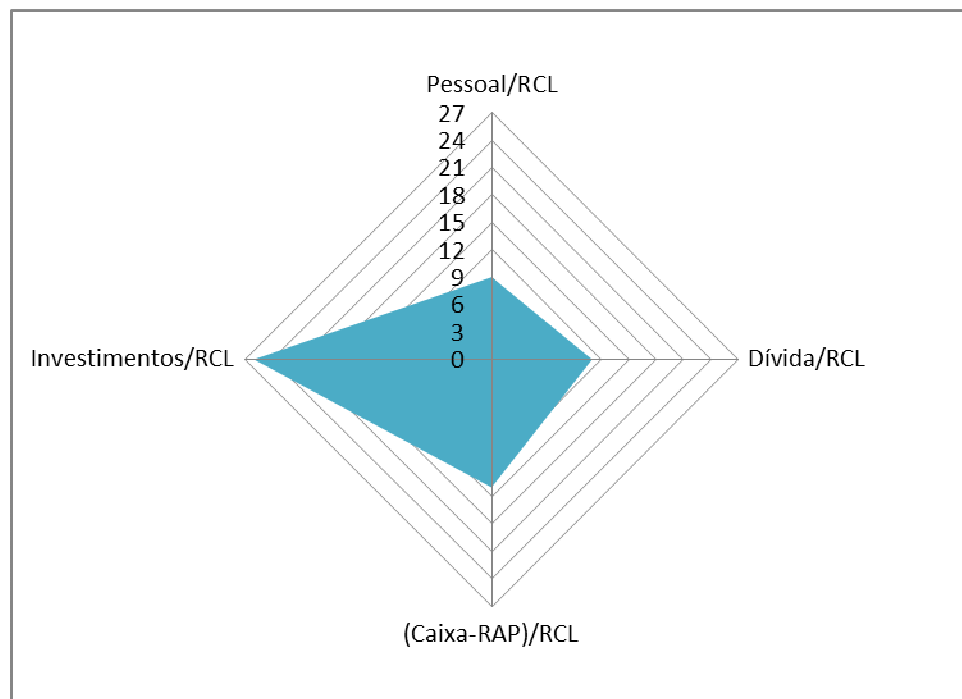
Obs.: Quanto menor a área destacada, mais crítico será cenário fiscal do estado.

Considerando-se agora o estado que ocupou a posição mediana do *ranking*, a Bahia, verifica-se que apresentou um gasto com pessoal em relação à RCL de 63,4% (a nona mais elevada do País e superior à média nacional de 58,8%); uma relação Dívida/RCL de 55,8% (a 11ª mais alta, mas menor que a média brasileira); a Disponibilidade de Caixa/RCL de 13,5% (um pouco menor que a média do Brasil, mas positiva) e um elevado nível de Investimentos, chegando a 11% da RCL (o segundo maior). Verifica-se, portanto, que esse estado apresenta uma situação fiscal consideravelmente melhor que a do Rio Grande do Sul, mas que ainda apresenta, em termos relativos, algumas vulnerabilidades, como pode ser sintetizado por meio da Figura 3.

Finalmente, considera-se o caso do Ceará, aquele que pode ser considerado o estado em melhor situação relativa no Brasil em 2016, pois, ocupou a 27ª posição no *ranking* geral. Mais especificamente, esse resultado foi alcançado, pois, o estado apresentou o maior valor da razão Investimento/RCL do País (11,1%), a quinta menor proporção de Despesas com Pessoal em relação à RCL (49,3%), e valores satisfatórios da Dívida/RCL (43,6%, que é bastante inferior ao limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, de 200% da RCL) e da Disponibilidade de Caixa (14,3%, o que significa que o Estado possui em caixa mais recursos que os Restos a Pagar e que é compatível com a média nacional de 14,4%).

A Figura 4 sintetiza a situação cearense que, comparativamente aos outros casos mencionados anteriormente, mostra-se significativamente melhor, especialmente se comparada à do Rio Grande do Sul. Entretanto, isso não significa que o referido estado possa negligenciar o acompanhamento dos referidos indicadores, muito pelo contrário.

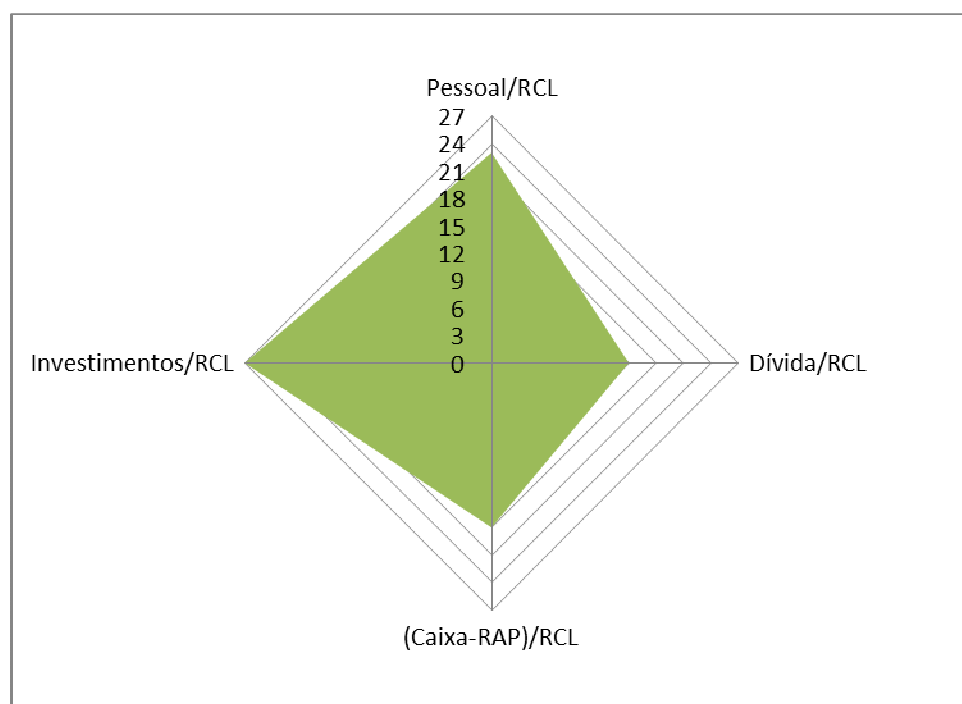
**Figura 3:** Síntese dos posicionamentos – Bahia – 2016



Fonte: STN/FIRJAN. Elaboração: IPECE.

Obs.: Quanto menor a área destacada, mais crítico será cenário fiscal do estado.

**Figura 4:** Síntese dos posicionamentos – Ceará – 2016



Fonte: STN/FIRJAN. Elaboração: IPECE.

Obs.: Quanto menor a área destacada, mais crítico será cenário fiscal do estado.

### 3. Considerações Finais

Diante do exposto, é possível argumentar que os dados apresentados refletem a seriedade e a disciplina com que o Governo do Estado do Ceará vem tratando a questão fiscal ao longo dos últimos anos e, principalmente, diante de um cenário de crise da economia brasileira. Entretanto, deve-se considerar que, em termos relativos, o estado ainda pode melhorar em certos indicadores, principalmente no que se refere à razão entre endividamento e RCL. No caso, o valor apresentado ainda se encontra longe do limite estabelecido pela LRF, mas o seu controle é fundamental para que o pagamento de juros e amortizações não comprometam as finanças do estado no futuro.

Outro indicador importante a se considerar é a razão entre Despesas com Pessoal em relação à RCL. Embora o Ceará esteja relativamente muito bem colocado em relação a essa medida no cenário nacional, o estado deve ter um cuidado especial no controle dessas despesas, para evitar que elas afetem negativamente a sua capacidade de investimento nos próximos anos. Ademais, diante de um quadro de rápida transição demográfica (com o envelhecimento da população) e de reforma da previdência, o controle de gastos com servidores inativos é fundamental para a estabilidade das finanças estaduais.

Governador: CAMILO SANTANA  
Secretário da SEPLAG: Francisco de Queiroz Maia Júnior  
Diretor-Geral do IPECE: Flávio Ataliba  
Diretor da DIEEC: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Elaboração:  
Cláudio André Gondim Nogueira

SEPLAG: [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br); IPECE: [www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)  
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora/Cambéba  
Fone: (85) 3101.3496